

Introdução

Com a proposta de apoiar recomendações para uma gestão capaz de construir um ambiente escolar com condições para que todos(as) possam aprender, este estudo aliou produção acadêmica sobre o tema equidade e gestão no ensino médio com informações sobre práticas validadas de escolas brasileiras e estrangeiras.

O trabalho foi organizado em três etapas complementares: 1) levantamento da produção acadêmica dos últimos dez anos, em periódicos indexados, e mapeamento de práticas nacionais e estrangeiras de escolas que se identificam como de educação integral e desenvolvem gestão escolar para fortalecer a equidade; 2) seminário no qual especialistas e representantes da sociedade civil experientes no trabalho com jovens analisaram e validaram o relatório da primeira etapa, apontando caminhos para a sequência do estudo; 3) verificação de estratégias e práticas utilizadas para a promoção do desenvolvimento integral de estudantes e sistematização de modos de atuação das unidades educacionais para fortalecimento da equidade a partir da educação integral.

Após a tabulação e análise dos dados, estes foram cotejados com o levantamento bibliográfico e com a colaboração dos(as) especialistas. Este documento final tem o objetivo de apresentar recomendações para a gestão escolar na promoção da **equidade e desenvolvimento integral no ensino médio**.

Considerando as desigualdades históricas do país, este estudo leva em conta que a multidimensionalidade e centralidade do(a) estudante são estruturantes para que escolas possam encorajar e apoiar jovens a permanecerem e concluírem a educação básica.

Recomendações para a gestão escolar para o desenvolvimento integral no ensino médio

Este estudo dedicou-se a elaborar recomendações para a gestão escolar no ensino médio, com vistas à promoção do desenvolvimento integral. Sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades, estas recomendações foram construídas **com base no que as escolas pesquisadas já fazem, mas também no que suas experiências indicam precisar fazer**. Decorrem também da reflexão apresentada pela literatura sobre o tema e em referências de outros países, as quais dialogam com as ideias apresentadas e com o repertório acumulado

¹ Este estudo foi realizado com o apoio do Instituto Unibanco.

pelo Centro de Referência em Educação Integral. Como ponto comum em todas as experiências selecionadas e na literatura, o papel da gestão escolar como a articuladora de ações e a importância da ampliação do respeito a direitos básicos ganharam destaque.

A relevância do princípio da **gestão democrática** despontou como essencial para a ligação entre escola e comunidade, famílias e poder público, tanto no sentido de exigir melhorias da própria política educacional quanto no de realizar mudanças operacionais não compartilhadas com todo o sistema ao qual a escola pertence.

A **atenção à diversidade** é um tema que sintetiza parte das ações necessárias para o desenvolvimento integral do(a) estudante.

Na mesma perspectiva, figurou a **valorização da autonomia** dos(as) estudantes. Diz respeito à atuação de representantes ou “líderes” de sala na mediação do diálogo entre a gestão, demais estudantes e os espaços culturais, artísticos e políticos criados e geridos por alunos(as). Em outros casos, a necessidade de se valorizar o estudo autônomo individual ou em grupo, as monitorias, a auto-avaliação ou a avaliação sistemática da escola por estudantes, as disciplinas eletivas e o “compartilhamento” da gestão escolar com corpos discentes.

As recomendações foram divididas nas temáticas: multidimensionalidade; personalização do ensino; participação de estudantes; relação com o território; inclusão social; trabalho e renda; inclusão de estudantes com deficiência; raça e etnia; gênero e sexualidade.

Multidimensionalidade

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica reconhecer a educação para além da instrução e buscar equilibrar e articular a formação científica e técnica, ético-moral e estético-expressiva. Respeitar a diversidade implica levar em conta diferentes inclinações pessoais.

Recomendações para a gestão escolar

1. Valorizar o(a) estudante como o ator ou a atriz principal do processo pedagógico, estimulando o seu protagonismo e a perspectiva colaborativa da gestão escolar;
2. Garantir e promover opções variadas de percursos formativos, ao contrário das convencionais ofertas homogêneas.
3. Valorizar a diversidade social, levando em conta identidades individuais e coletivas, e a inclusão de pessoas com deficiência buscando fazê-lo de modo articulado;
4. Integrar o currículo ao distribuir disciplinas da parte comum e da diversificada, estimulando que os estudantes e docentes a dar a ambas as partes a mesma importância para o seu desenvolvimento integral;
5. Reivindicar e participar da elaboração de políticas governamentais que promovam a abordagem das identidades individuais e coletivas no ambiente escolar.
6. Investir na formação docente interna à escola, tanto nos horários de planejamento quanto na oferta de atividades em parceria com a comunidade, em especial, com as universidades, para que ocorram práticas adequadas às múltiplas dimensões do

desenvolvimento que dialoguem com as demandas e características da comunidade escolar;

7. Abolir qualquer forma de seleção de estudantes, incluindo os(as) com deficiência, tanto durante a matrícula quanto na composição das salas de aula;
8. Promover parcerias entre a escola e órgãos do primeiro, segundo e terceiro setor: universidades, órgãos públicos e Organizações Não Governamentais (ONGs), além da rede de proteção a estudantes e suas famílias.

Personalização e autonomia

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica estimular e fortalecer a autonomia do(a) estudante nos processos educacionais, garantindo uma rede apoio e orientações personalizadas para que possa se engajar nos estudos a partir dos seus interesses e necessidades, para construir e atuar pelo seu projeto de vida e agir coletivamente no desenvolvimento de sua comunidade.

Recomendações para a gestão escolar

9. Criar espaços e estratégias para estimular que estudantes se ajudem mutuamente no aprendizado bem como aprendam a aprender também sem ajuda.
10. Valorizar as diferenças étnicas, sociais e culturais e os conhecimentos próprios, planejando os saberes a tratar orientados pelas necessidades dos(as) educandos(as).
11. Promover a reorganização do tempo e do espaço escolar tradicional em função de uma proposta pedagógica com foco nas demandas das juventudes, buscando estratégias que fortaleçam o trabalho coletivo e a aprendizagem prática, conectando as propostas curriculares às necessidades de aprendizagem e projetos de interesse dos(as) estudantes;
12. Apoiar a organização da vida escolar de estudantes com a atenção aos prazos e à qualidade acadêmica, instituindo formas de acompanhamento individualizado ou tutoria e aproximando docentes e estudantes em uma perspectiva de mediação do conhecimento e da construção de vínculos;
13. Apoiar diretamente estudantes com dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento e docentes no planejamento a partir das necessidades específicas de estudantes, identificadas por tutoria ou acompanhamento individualizado;
14. Formar e incentivar docentes a acompanharem individualmente jovens, dando retorno sobre as atividades realizadas, pactuando expectativas de aprendizagem e implementando novas formas de avaliação sobre o desenvolvimento de estudantes para além de testes padronizados, substituindo notas e conceitos por análises dialogadas, construção e análise de portfólios e autoavaliação.
15. Estimular e formar o corpo docente e demais profissionais da escola, familiares e agentes do entorno a atuarem como mentores(as) de referência para estudantes, influenciando em sua performance escolar e em seu desenvolvimento, inclusive em aspectos que afetem sua inclusão social, participação no coletivo e permanência na escola.

16. Incluir no tempo e currículo escolar atividades autogestionadas, ofertando referências de práticas que possam apoiar estudantes a “aprender a aprender” e a estudar individual e coletivamente sem mediação de docentes;
17. Incluir nas aulas ou atividades voltadas à construção do projeto de vida, exercícios de projeção para o futuro para além da inserção no mundo do trabalho, tais como reflexões sobre as relações pessoais e familiares, bem como sobre as próprias juventudes;
18. Viabilizar espaço e tempo para que estudantes possam promover atividades consideradas culturais, lúdicas e esportivas para abordar aspectos do seu interesse, inclusive para que consigam financiamento para seus projetos pessoais.

Participação e democracia

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica garantir processos de tomada de decisão democráticos, participativos e transparentes, buscando superar a recorrente cisão entre trabalho pedagógico e gestão e extinguir as práticas autoritárias e centralizadoras, estimulando a participação ativa de jovens, famílias e agentes locais, tanto nas instâncias de tomada de decisão quanto no apoio e desenvolvimento de atividades formativas.

Recomendações para a gestão escolar

19. Envolver ativamente a comunidade escolar, incluindo familiares e estudantes nos processos de gestão da escola, compartilhando decisões e questões tanto pedagógicas quanto administrativas;
20. Promover o envolvimento de estudantes na gestão pedagógica da escola, abrindo espaço para que, inclusive, proponham reformulações curriculares;
21. Apoiar eleição de representantes ou “líderes de classe” garantindo sua interlocução com demais gestores(as), docentes, conselhos de classe e conselhos de escola;
22. Implementar processos democráticos tais como eleição direta de representantes do conselho escolar por parte de estudantes e pais, –docentes e demais funcionários(as) garantindo participação mais efetiva da comunidade na dinâmica da escola;
23. Promover liberdade de participação entre estudantes para expressarem suas demandas, criarem regras e tomarem outras decisões conjuntas com os demais grupos que compõem a instituição.
24. Incorporar projetos de estudantes às práticas escolares e integrá-los ao projeto político pedagógico;
25. Manter os(as) jovens informados(as) sobre seus espaços participativos para que os ocupem, aprendendo, inclusive, a administrar as suas próprias regras de convivência e processos democráticos de decisão;
26. Desenvolver procedimentos de avaliação de todas as instâncias escolares, não apenas da aprendizagem de estudantes, incluindo a atuação docente, a infraestrutura e os projetos desenvolvidos na escola, garantindo que a análise dos resultados das avaliações embasem o desenho colaborativo de estratégias e encaminhamentos;

27. Estabelecer canais de comunicação entre profissionais da escola, familiares e estudantes, estimulando a participação em assembleias e discussões sobre a realidade da escola e do entorno;
28. Planejar as ações escolares em diálogo com outras escolas da mesma área, promovendo a tomada de decisões de maneira coletiva e a troca de experiências, modos de fazer e desafios.

Relação com o território

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica reconhecer tanto os territórios de origem dos(as) jovens quanto aquele em que a escola se situa. Isso cria condições para que a comunidade escolar compreenda a história e os saberes locais e o contexto de vida, as relações e linguagens das pessoas que a frequentam.

Recomendações para a gestão escolar

29. Mapear a vida e o repertório sociocultural do território de atuação da escola para considerá-los no Projeto Político Pedagógico, gerando e utilizando informações como insumo da aprendizagem, inclusive promovendo a participação da comunidade local em atividades educativas com jovens;
30. Em especial com as comunidades do campo, dos povos da água, quilombolas, ciganas e indígenas, adaptar o currículo às características da região, promovendo um planejamento flexível, a união entre a teoria educacional e a prática social regional, em diálogo com estudantes e comunidades locais;
31. Identificar a existência de população jovem migrante ou de famílias migrantes, adaptando as atividades escolares a fim de conhecer e propor interlocuções com as culturas de origem dos(as) estudantes;
32. Adequar os tempos e espaços escolares para atender as necessidades das comunidades e jovens de comunidades do campo, da água e de outros povos tradicionais, propondo sistemas de alternância ou maleabilidade da jornada escolar que garantam a participação nas atividades familiares e comunitárias;
33. Reformular o Projeto Político Pedagógico da escola envolvendo estudantes, famílias, profissionais docentes e não-docentes e agentes das comunidades na elaboração de conceitos, atividades e metas para garantir a permanência de jovens, bem como estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes, em parcerias estabelecidas com agentes, organizações e serviços do território.
34. Estimular o pertencimento de jovens ao local em que vivem, encorajando práticas de cuidado e preservação ambiental e social, assim como planejando o currículo de forma a fortalecer o vínculo dos(as) estudantes com a história da comunidade, tematizando sua identidade.
35. Conhecer, juntamente com o corpo docente, a realidade dos(as) estudantes, aproximando a escola das famílias, inclusive realizando visitas às suas casas, convidando-os a buscar soluções conjuntas para atender demandas específicas e individuais de estudantes;

36. Estabelecer parcerias com centros educativos para complementação ou ampliação das oportunidades formativas, inclusive articulando bolsas ou outras formas de financiamento que auxiliem a permanência de jovens nestas iniciativas;
37. Organizar, estimulando o protagonismo discente, exposições e/ou apresentações periódicas dos trabalhos elaborados por estudantes para familiares e comunidades do entorno, abordando com as pessoas envolvidas as diferentes dimensões do desenvolvimento do(a) estudante no processo;
38. Viabilizar a participação de pessoas das comunidades e docentes de outras escolas em reuniões pedagógicas, presenciando aulas e outras atividades, trazendo suas impressões e sugestões para qualificar a gestão e as ações da unidade;

Interagir com o território buscando realizar intercâmbios com instituições de ensino das comunidades vizinhas, facilitando a troca de experiências e o aprendizado mútuo;

39. Estimular o diálogo com as comunidades do entorno, convidando pessoas que as integram para atuarem como educadoras, valorizando-as e as incorporando à unidade escolar;
40. Reconhecer os espaços de mobilização já existentes no lugar onde a escola se situa, aproximando-se da comunidade local e alinhando as iniciativas escolares com as que já estão em curso no território.

Inclusão social

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica reconhecer a desigualdade presente nas juventudes brasileiras e a necessidade de participar ativamente de um arranjo intersetorial que assegure e promova o direito de todos(as) os(as) jovens ao pleno desenvolvimento, de modo igualitário, democrático e solidário.

Recomendações para a gestão escolar

42. Identificar jovens em situação de vulnerabilidade social, usando e apurando as informações das matrículas, aplicando questionários e entrevistando tanto jovens quanto familiares e/ou responsáveis;
43. Compor e participar ativamente da rede de atenção a jovens, estimulando a presença da comunidade escolar e dos(as) próprios(as) jovens nas discussões da rede;
44. Envolver familiares de estudantes em vulnerabilidade no desenho de estratégias conjuntas e acesso às comunidades do entorno para apoiar jovens no mundo do trabalho, sem prejudicar seu desenvolvimento e aprendizagem;
45. Reivindicar políticas intersetoriais para apoiar jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social, ao mesmo tempo em que se realizam parcerias para apoiar estudantes a permanecerem na escola e concluírem os estudos;
46. Realizar, em colaboração com demais agentes da comunidade escolar e da rede de saúde e assistência, busca ativa de jovens que evadem, identificando com os(as) próprios(as) jovens os motivos pelos quais deixam a escola e desenvolvendo estratégias em rede para apoiar seu retorno e permanência nos estudos;

47. Estimular que jovens estejam à frente de campanhas e atividades de sensibilização sobre temas de interesse das juventudes, correlacionando-os com a permanência escolar;
48. Acionar a rede de proteção a jovens para apoiar estudantes grávidas ou mães a não abandonarem os estudos, inclusive com a matrícula das crianças em centros e escolas de educação infantil.
49. Formular estratégias de acolhimento de bebês e mães pela escola, para que a amamentação exclusiva seja garantida, pelo menos, nos primeiros seis meses de vida das crianças;
50. Estabelecer colaboração entre serviços públicos e privados locais para que incentivem a matrícula e permanência de travestis e transexuais.

Trabalho e renda

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica levar em consideração que o mundo do trabalho, tanto no presente como em perspectiva de futuro, é um aspecto fundamental para a juventude e deve ser abordado com estudantes.

Recomendações para a gestão escolar

51. Identificar atividades laborais de estudantes a fim de conectar saberes escolares com os relativos à inserção qualificada no mundo do trabalho;
52. Flexibilizar horários das atividades escolares ou o limite de faltas, manter diálogo com empregadores(as) e tomar outras medidas para apoiar jovens a compatibilizar estudo e trabalho;
53. Fornecer informações e debater necessidades e alternativas relativas às diferentes profissões e possibilidades de se inserirem de forma qualificada no mundo do trabalho, incluindo discussões sobre empreendedorismo, ativismo e expressões artísticas;
54. Criar mecanismos de estímulo à permanência dos(as) alunos(as) na escola através de alianças com instituições que possam oferecer estágios e cursos em horários diferentes ao da jornada escolar, afirmando o papel a escola a serviço de uma formação cidadã, comprometida com a inserção qualificada dos jovens no mundo do trabalho;
55. Planejar uma estrutura escolar que incentive a criatividade e iniciativas por parte de estudantes, estimulando a conexão destas com o mundo do trabalho;
56. Promover a formação e discussão do corpo docente sobre o tema e sobre como incluí-lo de forma transversal em suas disciplinas;
57. Promover experiências de estágio e/ou formação para o mundo do trabalho nas comunidades a partir dos interesses de estudantes, atrelando-as à matriz curricular da escola e aproximando saberes locais e agentes do território na oferta formativa relacionada ao mundo do trabalho, inclusive na formação técnica e/ou profissionalizante;
58. Reivindicar que a oferta de formação técnica responda aos interesses de estudantes, bem como as demandas do território;
59. Em escolas com ensino técnico e profissionalizante, reivindicar e garantir que o currículo de formação técnica seja compatível com o desenvolvimento integral dos(as) estudantes, incluindo temáticas e abordagens humanistas e que promovam a reflexão

crítica sobre o mundo do trabalho, espaço para fruição e apreciação simbólica e cultural, para prática esportiva e físico-corporal;

60. Em escolas com programas de ensino técnico ou profissionalizante, reivindicar e buscar que o currículo seja flexível, de forma que cada estudante possa segui-lo de acordo com seus desejos profissionais;

Raça e etnia

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica considerar que a equidade depende do reconhecimento das identidades étnicas e raciais, e da possibilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação.

Recomendações para a gestão escolar

61. Promover o cumprimento da lei 10639/03, alterada pela lei 11645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena, tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
62. Realizar ações tanto em projetos específicos quanto cotidianamente, nas disciplinas (inclusive das exatas e ciências naturais) e por meio de atividades artísticas, gincanas, saraus, debates, concursos e intercâmbio entre escolas para fortalecer a memória, a cultura e a história do povo negro, valorizar a identidade de estudantes negros(as) e a diversidade religiosa, assim como para conhecer a diversidade étnica dos povos indígenas e suas lutas pelo reconhecimento étnico e pela posse dos territórios;
63. Reivindicar e providenciar atividades e materiais de formação sobre educação antirracista para todas as equipes das escolas;
64. Realizar diagnóstico periódico da escola para entender a diferença de desempenho, fluxo e abandono de estudantes negros(as) e brancos(as).
65. Com respeito à educação dos povos indígenas, utilizar e ensinar suas línguas no ambiente escolar, abordar teórica e praticamente aspectos de suas culturas e definir atividades com participação constante das comunidades;
66. Valorizar e resgatar as culturas indígenas promovendo o intercâmbio com pessoas mais velhas e conhecendo locais e histórias que marcam e caracterizam o lugar, de forma a fortalecer os laços comunitários e valorizar traços identitários;
67. Em comunidades tradicionais, apoiar os(as) alunos(as) na definição de suas identidades, viabilizando também a presença da tradição e repertórios locais.

Gênero e diversidade sexual

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica incorporar os debates sobre gênero e diversidade sexual no cotidiano escolar, reconhecendo a desigualdade entre gêneros no Brasil e a necessidade de uma educação que combata a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação das identidades de gênero e da sexualidade, assim como todas as formas de violência.

Recomendações para a gestão escolar

67. Promover o cumprimento dos compromissos por uma educação não-sexista e não discriminatória, dos quais o Brasil foi signatário;
68. Coibir toda e qualquer forma de discriminação de gênero na escola, garantindo a formação dos corpos docentes e o diálogo aberto com familiares sobre o direito à educação de jovens independentemente do gênero;
69. Realizar diagnóstico periódico da escola para entender a diferença de desempenho, fluxo e abandono de estudantes mulheres, homens e LGBT.
70. Criar um ambiente de acolhimento e respeito à diversidade na comunidade escolar, envolvendo estudantes como protagonistas desse processo;
71. Incluir a temática de gênero e diversidade sexual no Projeto Político Pedagógico da escola e abordá-la de forma transversal nas várias disciplinas (incluindo as de exatas) e nas demais atividades escolares, garantindo que temas que tocam a vida privada e os relacionamentos interpessoais, tais como o dos afetos e o das emoções, ganhem a centralidade equivalente à dos temas das disciplinas curriculares convencionais;
72. Garantir em todas as reuniões escolares espaço para que docentes discutam questões de gênero, compartilhem e pensem em soluções coletivas para problemas identificados no cotidiano escolar, inclusive acionando integrantes das comunidades locais, centros de pesquisa e universidades neste processo;
73. Criar um glossário comum sobre o tema da diversidade através de atividades, estudos e leituras sobre os conceitos de sexismo, homofobia, transgênero, homossexual, heterossexual, entre outros e garanti-lo tanto nas atividades docentes, quanto no diálogo da comunidade escolar;
74. Adequar a linguagem utilizada nos encontros formativos para as diferentes faixas etárias de estudantes e às formas de compreensão e apropriação do debate, incluindo estudantes com deficiência;
75. Incluir as famílias e responsáveis nas atividades escolares que abordem gênero e diversidade sexual, promovendo o diálogo entre partes envolvidas em conflitos, a família e, quando necessário, o Conselho Tutelar;
76. Monitorar as faltas e evasão das jovens mulheres ou transgêneros, identificando se estão em situação de trabalho doméstico e/ou sofrendo violências que impeçam seu acesso e permanência com qualidade na escola e, em caso afirmativo, acionar e acompanhar a rede de proteção de jovens na resolução do problema apresentado;
77. Promover a integração de estudantes transexuais e travestis com os(as) demais alunos(as), evitando a segregação
78. Acionar a gestão pública e integrantes da comunidade e da própria escola para elaborar e implementar estratégias que garantam a segurança das jovens mulheres e transgêneros no deslocamento da e para unidade escolar;

Inclusão de estudantes com deficiência

Princípios - Adotar a concepção de desenvolvimento integral no ensino médio implica trabalhar para a inclusão das pessoas com deficiência, garantindo que estas possam exercer seus direitos e cidadania em condições de igualdade.

Recomendações para a gestão escolar

78. Promover o cumprimento da Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15).
79. Integrar estudantes com deficiência com os(as) demais, sem separar classes especiais e garantir sua participação em todas as atividades da escola, incluindo as realizadas fora do espaço escolar;
80. Abolir a reprovação de estudantes com deficiência;
81. Realizar ou reivindicar medidas de adaptação e acessibilidade das instalações (banheiros, rampas ou sinalização)
82. Reivindicar e providenciar recursos educativos em Libras, em Braille e em outras formas de tecnologia assistiva, bem como em Desenho Universal para Aprendizagem para estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo;
83. Apoiar docentes e assegurar que contem com formação para adaptar recursos e modos de fazer para abordar os saberes escolares para estudantes com deficiência, realizando avaliações individualizadas e adotando ajustes de horário para adequar a proposta curricular à disponibilidade desses(as) estudantes;
84. Criar condições para que os(as) mesmos(as) docentes consigam acompanhar estudantes com algum tipo de deficiência ao longo dos anos, o que possibilita uma visão de conjunto sobre o seu desenvolvimento integral e de maneira personalizada;
85. Reivindicar e contratar ou internalizar professores especialistas (como Apoio Educacional Especializado) e profissionais de apoio escolar e acompanhantes de estudantes com deficiência, que apoiem o trabalho docente;
86. Formar docentes tanto com métodos teóricos (leituras, estudos sobre o tema) como com atividades de sensibilização e práticas em que a equipe escolar procure se debruçar sobre as especificidades de cada estudante;
87. Oferecer acompanhamento periódico a estudantes com deficiência por um(a) professor(a) que trabalhe as necessidades básicas de estudantes (AEE-Atendimento Educacional Especializado individualmente ou em grupo e em horários flexíveis (para melhor atender também suas famílias)
88. Registrar o desenvolvimento de estudantes com deficiência evidenciando as habilidades de cada pessoa, as deficiências e sugestões de possíveis recursos adaptados e debater os registros com os especialistas que já acompanham tais estudantes fora da escola;
89. Aproximar a rede de saúde e assistência do território para debater estratégias e questões apresentadas por estudantes com deficiência;
90. Trabalhar com a afetividade e com o fortalecimento do vínculo social entre os estudantes, favorecendo práticas em que estudantes com deficiência se sintam acolhidos(as) e pertencentes à comunidade escolar;
91. Alinhar a atuação do(a) professor(a) de sala de aula e do(a) professor(a) de AEE com a de familiares, buscando a integração e diálogo sobre as especificidades de estudantes com deficiência;
92. Reivindicar e providenciar atenção domiciliar a estudantes com deficiência temporária.